



Senado aprova projeto que agiliza processo de adoção

Irmãos, doentes crônicos e crianças com necessidades especiais terão prioridade na adoção. Projeto regula também a adoção de filho que ainda está no ventre

O Plenário aprovou ontem, por unanimidade, projeto que dá mais rapidez ao processo de adoção, diminui a burocracia e prioriza grupo de irmãos, crianças com doenças crônicas ou com necessidades especiais. A proposta segue agora para sanção presidencial.

O prazo para que a família biológica procure uma

criança em abrigo será de 30 dias. A habilitação para adoção deverá ser concluída em, no máximo, 120 dias, salvo decisão judicial. E o estágio de convivência antes da adoção poderá durar apenas 90 dias.

Senadores comemoraram a aprovação em Plenário. Segundo eles, a medida ataca o principal problema da adoção, que é a demora. **3**



Jefferson Ruy/Agência Senado

Paulo Rocha, Eunício Oliveira e Marta Suplicy, relatora do projeto na CCJ

Atuação da Constituinte é lembrada em coluna

O *Jornal do Senado* inicia hoje a publicação da coluna *Há 30 Anos*. Sempre às quintas-feiras, a coluna lembrará, a partir das edições do *Jornal da Constituinte*, os fatos que, há três décadas, marcaram a atuação da Assembleia Nacional Constituinte.

Semanal, o *Jornal da Constituinte* circulou de junho de 1987 a outubro de 1988, relatando à sociedade o processo de debate, elaboração e votação da Constituição. **3**

Breno Medeiros é confirmado para ministro do TST **3**

Vai ao Plenário indicação de juiz para integrar CNJ **2**

Avançam 2 MPs que mudam regras da mineração **6**

Empréstimo à JBS seguiu normas da Caixa, diz Hereda **5**

Descriminalização da maconha será debatida hoje **8**

Vai a sanção maior rigor contra crimes financeiros

Projeto que dá mais poderes ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários para combater crimes contra o sistema financeiro e aumenta valor das multas foi aprovado ontem pelo Plenário.

O texto elevou a multa até R\$ 2 bilhões, mas exige que seja levada em conta a capacidade econômica do infrator. A oposição criticou a "pressa" na votação. **7**



Reque de Sá/Agência Senado

Hélio José, relator, e Paulo Paim, presidente da comissão de inquérito

Relatório da CPI da Previdência é aprovado por unanimidade

Por unanimidade, foi aprovado ontem o relatório final da CPI da Previdência. O relator, Hélio José, sugere uma série de projetos para

aperfeiçoar a legislação e recomenda ao governo a adoção de medidas para equilibrar o sistema previdenciário. **4**

Ex-presidente do BNDES nega interferência política no banco

O ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho negou interferência política nos contratos do banco enquanto foi presidente, entre 2007 e 2016.

Ele prestou depoimento na CPI do BNDES e respondeu a perguntas de vários senadores sobre financiamentos do banco no Brasil e exterior. **5**



Waldemir Baretto/Agência Senado

Luciano Coutinho e Davi Alcolumbre durante reunião da CPI do BNDES



Genaldino Magesa/Agência Senado

Cristovam (C) preside audiência que discutiu saídas para "fuga de cérebros"

Debatedores condenam falta de investimento em ciência

A falta de recursos e a burocracia na aprovação de projetos científicos estão provocando a evasão de profissionais qualificados

para outros países, afirmaram ontem cientistas que participaram de audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia. **8**

Ministro afirma que não faltam remédios para doenças raras

Em reunião com o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima, o ministro da Saúde, Ricardo Barros,

afirmou que o abastecimento de remédios para o tratamento de doenças raras está regular. **6**



Jacirino Aires/Senado Federal

Cássio Cunha Lima (D) preside reunião com Ricardo Barros e senadores

Cadastro positivo: vai à Câmara inclusão de nome sem autorização

O Plenário do Senado rejeitou três destaques ao projeto que permite a inclusão de nomes no cadastro positivo, sem autorização específica do consumidor. O texto, que agora segue para a Câmara dos Deputados, altera a Lei de Sigilo Bancário para que o compartilhamento de informações de empresas com o banco de dados do cadastro não seja mais considerado quebra de sigilo. **3**

Aprovado ao CNJ é contra reduzir maioria penal

Indicação do juiz do trabalho Francisco de Azevedo, aceita na Comissão de Constituição e Justiça, segue para Plenário. Ele se posicionou sobre outros temas polêmicos, como o modelo prisional

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, por 23 votos favoráveis e 3 contrários, a indicação do juiz do trabalho Francisco Luciano de Azevedo para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A indicação segue para análise do Plenário.

Um dos temas tratados durante a sabatina, trazido por senadoras da oposição como Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Graziottin (PCdoB-AM), foram os abusos de autoridade e ilegalidades cometidas, no entender delas, pela operação Lava Jato e outros setores do Judiciário durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff e nas investigações relacionadas ao ex-presidente Lula.

Elas citaram, entre outros casos, a divulgação de gravações ilegais envolvendo os dois ex-presidentes por parte do juiz Sergio Moro e a “seletividade” que enxergam na Lava Jato. Gleisi lembrou que a divulgação das gravações foi condenada pelo ministro do STF Teori Zavascki, já falecido.

Gleisi também questionou porque o CNJ nunca votou qualquer das 15 reclamações que já chegaram ao Conselho contra Moro. Para ela, setores do Judiciário continuam se conduzindo pela “lógica midiática” em seus processos.

Na resposta, Azevedo deixou claro que não podia se posicionar sobre casos concretos, porém manifestou posição de que “nada vale a pena” caso ameace qualquer direito ou garantia fundamental previsto



Sob a presidência de Lobão (E), Azevedo passa por sabatina na CCJ

na Constituição.

— O combate à corrupção tem contribuído muito para o nosso país, é algo necessário, mas que jamais se perca de vista os direitos e garantias fundamentais. É assim numa democracia, se não há mais isso, todos passam a ser vítimas em potencial — afirmou.

Ana Amélia (PP-RS), fez o contraponto, defendeu a Lava Jato e o juiz Moro.

— Não adianta tapar o sol com a peneira, a Lava Jato e o juiz estão dentro deste contexto mais amplo de depuração de práticas políticas corruptas e viciadas. Contam com o apoio dos cidadãos porque vêm cumprindo muito bem com este papel — disse a senadora.

Maioridade

Azevedo também criticou propostas para reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos de idade. Para ele, o poder público deve adotar, para essa faixa etária, medidas com viés mais social que

punitivo, acrescentando que o modelo prisional brasileiro “é uma tragédia, não ressocializa”.

Afirmou que apóia a proposta de Antonio Anastasia (PSDB-MG) de nacionalizar o modelo das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), como emenda à nova Lei de Execução Penal (PLS 513/2013). O modelo, aplicado em municípios mineiros e de outros estados, custa bem menos e apresenta índices de ressocialização próximos de 90%, com estratégias de reinserção dos presos às suas comunidades e abordagens humanistas.

Alternativas

Ele defendeu ainda as abordagens alternativas na resolução de conflitos, como arbitragem, mediação e conciliação. Para Azevedo, o Judiciário caminha para tornar-se “ingovernável” devido ao acúmulo de processos, cerca de 80 milhões em todas as instâncias, metade na fase de execução, segundo o CNJ.

Sancionado parcelamento de dívidas com a União

Duas leis para regularizar débitos e permitir o parcelamento de dívidas de pessoas físicas e jurídicas com o governo foram publicadas ontem no *Diário Oficial da União*. A Lei 13.496/2017, sancionada com vetos, cria o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) e permite o parcelamento, com descontos,

de dívidas com a União, tanto de pessoas físicas quanto de empresas, inclusive aquelas em recuperação judicial.

Já a Lei 13.494/2017 instituiu o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) para parcelar dívidas de pessoas físicas e empresas com autarquias, fundações públicas e a Procuradoria-Geral

da Fazenda Nacional.

O texto reduz o valor da entrada de 50% para 40% do débito para quem optar pela renegociação em duas parcelas. A segunda prestação terá redução de 90% dos juros, da multa de mora e das multas pela ausência de recolhimento de receitas públicas.

Com Agência Brasil

Multas irão diretamente para condutor habitual

O dono de automóvel terá o direito de indicar o nome do condutor habitual, que passará a ser o responsável pelas infrações que cometer. É o que prevê a Lei 13.495/2017 publicada ontem no *Diário Oficial da União*, que entra em vigor daqui a 90 dias.

A nova lei tem origem em

substitutivo a projeto da Câmara (PLC 60/2013) aprovado no Senado em 2015 e na Câmara em agosto deste ano.

O proprietário comunica ao órgão de trânsito e o motorista indicado deve aceitar expressamente a indicação para que ela tenha validade e seu nome seja registrado no cadastro do

veículo (Renavam).

Assim, não será mais necessário que o proprietário enfrente a burocracia para transferir as sanções, que serão aplicadas diretamente ao condutor habitual. Isso só precisará ser feito se o infrator real não for o condutor habitual.

Renan Calheiros diz que país vive estado de exceção em que tribunais violam leis

“O Brasil vive uma época de excepcionalidade jurídica. Está mais perto do estado de exceção do que do Estado democrático de direito”, segundo Renan Calheiros (PMDB-AL). Para ele, alguns tribunais chegam a sustentar que problemas inéditos exigem soluções



inéditas como justificativa para violar a Constituição. Renan disse que nos últimos anos tem enfrentado perseguição política e pessoal, mas lembrou que o STF já arquivou seis denúncias contra ele, que ainda criticou denúncias sem provas feitas por Rodrigo Janot.

Ângela Portela critica demora da Câmara em votar o fim do foro privilegiado

Ângela Portela (PDT-RR) criticou a Câmara pela demora em votar a PEC que acaba com o foro privilegiado.



que o Judiciário fica sobrecarregado com tantos processos nos tribunais superiores. — É consenso que o Supremo está sobrecarregado e que o fim do foro privilegiado teria consequências para a Lava Jato. Não é por acaso que existe resistência à eliminação.

Ela lamentou que o texto esteja parado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara sem relator definido nem perspectiva de votação. Ângela afirmou ainda

Lasier Martins defende prisão após condenação em segunda instância

Lasier Martins (PSD-RS) manifestou preocupação com o movimento para rever a prisão de condenados em segunda instância.

mudar de entendimento, a Operação Lava Jato pode acabar.

— Se isto ocorrer nós teremos fatalmente o fim da Operação Lava Jato, a volta da impunidade, a manutenção do foro privilegiado e essas coisas que todos nós estamos acompanhando.



Ele lembrou que a Advocacia-Geral da União pediu a revisão da matéria, com respaldo do presidente Michel Temer. O senador disse que se o STF

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Programa Mais Médicos**
9h Audiência interativa para avaliação do Programa Mais Médicos. Entre os convidados, o Conselho Nacional de Saúde e a Associação Médica Brasileira
- LEI KANDIR Biodiesel**
9h Audiência interativa com representantes dos produtores de biodiesel.
- CRE Embaixadores e acordos**
9h Entre os 4 itens, indicação de embaixadores para o Quênia e para a Tailândia e textos de acordos internacionais.
- CDH Cultivo de maconha**
9h30 Audiência interativa para discutir a Sugestão 25/2017, que trata da descriminalização do cultivo de maconha para uso pessoal.
- PAUTA FEMININA Saúde da mulher**
10h Conferência Nacional de Saúde da Mulher — resultados e desafios.

- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
11h Na pauta, o PRS 305/2015, que institui a Comenda Zilda Arns.
- ESTATUTO DO TRABALHO Cronograma**
14h Reunião para debater a sistematização do novo Estatuto do Trabalho e reavaliação do cronograma.
- CDR Importância do Fundeb**
15h O ciclo sobre a importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica para o desenvolvimento regional chega a Porto Alegre.
- DESBUROCRATIZAÇÃO Patentes**
15h Audiência interativa sobre patentes, concorrência entre cartórios e normas para abrir e fechar empresas.
- CSE Regulação para bombeiros civis**
18h Audiência interativa para debater a regulamentação da profissão de bombeiro civil.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado:** 0800 612211
- **Acompanhe:** Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania
- **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV:** senado.leg.br/TV

Vai a sanção projeto que agiliza processo de adoção

Texto aprovado ontem no Plenário prioriza a adoção de irmãos e de crianças com doença ou deficiência. Também foi regulamentada a entrega do filho pela mãe biológica antes ou logo depois do nascimento

O PLENÁRIO APROVOU ontem, por unanimidade, projeto que agiliza o processo de adoção de crianças e dá prioridade a grupos de irmãos ou menores com deficiência, doença crônica ou com necessidades específicas. A preferência será inserida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O PLC 101/2017 segue para a sanção presidencial.

O projeto foi aprovado na manhã de ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com voto favorável da relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP). Em seguida, o Plenário aprovou requerimento dando urgência à votação do texto.

— Crianças que estão em abrigos gostariam de ter um lar, mas é tanta burocracia que elas não conseguem ser adotadas. Elas crescem e muitas famílias se desinteressam. Esse projeto agiliza os procedimentos relacionados à destituição do poder familiar e à adoção de crianças e adolescentes — destacou Marta.

Uma das novidades do texto é a autorização para adoção de recém-nascidos e crianças mantidas em abrigos que não forem procuradas pela família

biológica em até 30 dias.

O prazo máximo para conclusão da habilitação da adoção foi fixado em 120 dias, que poderá ser prorrogado por igual período mediante decisão judicial. O estágio de convivência que antecede à adoção terá limite de 90 dias.

Outra medida importante do projeto é a regulamentação da entrega, pela mãe biológica, do filho para adoção antes ou logo após o nascimento.

Armando Monteiro (PTB-PE), que foi relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), afirmou que o Brasil precisava de “um novo marco nessa área da adoção”.

O projeto foi apontado por vários senadores como um grande avanço na legislação. Eles destacaram que há quatro vezes mais famílias dispostas a adotar do que crianças prontas para adoção.

Simone Tebet (PMDB-MS) disse que é “o mais importante projeto social do ano de 2017”. Na opinião de Lúcia Vânia (PSB-GO) o texto equaciona uma série de problemas relacionados à adoção. De acordo com Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o maior mérito da proposta é priorizar crianças com deficiência, que têm mais dificuldades de ser adotadas.



Abriço no DF: famílias biológicas terão 30 dias para procurar crianças

HÁ 30 ANOS

Avançam na Constituinte medidas que facilitam criação de partidos

Na edição de 26 de outubro de 1987, o *Jornal da Constituinte* destacou o avanço, na Comissão de Sistematização, de propostas sobre o funcionamento dos partidos políticos. Depois dos anos de autoritarismo, em que “muito se dificultou a participação do povo na vida política do país”, a Assembleia Nacional Constituinte facilitaria a criação de partidos para reforçar a representação popular nas esferas de poder, dizia o jornal.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte22>

Plenário acata indicação de Breno Medeiros para o TST

Com 52 votos favoráveis, 5 contrários e 1 abstenção, o Plenário aprovou ontem a indicação de Breno Medeiros para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Antonio José de Barros Levenhagen. A indicação será comunicada à Presidência da República.

Medeiros é curitibano e formou-se em 1991 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ingressou na carreira jurídica como promotor de Justiça, foi juiz do Trabalho e atualmente é desembargador do Tribunal Regional do

Trabalho da 18ª Região (Goiás), que preside desde fevereiro deste ano.

A situação do trabalho escravo no Brasil foi um dos principais temas abordados pelos senadores na sabatina do magistrado, ocorrida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia 18.

Ele defendeu uma regulamentação urgente por parte do Congresso Nacional que possa balizar a atuação do Poder Judiciário. Medeiros lembrou ainda que o artigo 149 do Código Penal, que trata do assunto, descreve situações que podem dar margem a interpretações subjetivas.

Cadastro positivo: inclusão sem exigência do consumidor vai à Câmara

O Plenário rejeitou ontem três destaques ao projeto que muda as regras para inclusão de consumidores no cadastro positivo (PLS 212/2017 — Complementar). Com isso o texto, aprovado pelo Plenário

na terça-feira, segue para a Câmara dos Deputados.

De Dalírio Beber (PSDB-SC), o projeto estende ao cadastro positivo a mesma regra do cadastro negativo: os bancos podem incluir informações

no sistema sem autorização específica dos clientes.

O texto altera a Lei de Sigilo Bancário (Lei 105/2001) para que o compartilhamento dos dados do cliente com os bancos de dados do cadastro não seja mais considerado quebra de sigilo.

Os destaques rejeitados tratavam principalmente deste ponto do projeto, como o de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), para quem o dispositivo fere princípios constitucionais.

— A possibilidade de compartilhamento de dados com outras instituições bancárias fere de morte o princípio do

direito à privacidade, esculpido no texto constitucional.

O segundo destaque foi de Lídice da Mata (PSB-BA), que propôs exigir o consentimento do cadastrado para o compartilhamento de suas informações cadastrais.

Também de Lídice, o terceiro destaque pretendia retomar a responsabilidade solidária entre o gestor que compartilha e o que recebe os dados. Pela regra atual, todos os agentes econômicos envolvidos assumem a reparação do dano. Com o projeto, a responsabilidade passa a ser objetiva: só é punido quem causou diretamente

o prejuízo.

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo de Armando Monteiro (PTB-PE), relator na Comissão de Constituição e Justiça. Para Monteiro, o modelo atual não teve sucesso porque exigia autorização expressa do consumidor para sua inclusão no cadastro. Implantado no país em 2011, em seis anos reuniu apenas 5 milhões de cadastrados.

O texto também deixa mais claro o conceito da fonte dos bancos de dados, incluindo empresas de consórcios, água, esgoto, gás, eletricidade, telecomunicações e assemelhadas.



Plenário rejeitou três mudanças no projeto aprovado na terça-feira

Eunício volta a defender adoção do voto distrital misto para eleições de 2020

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, pediu ontem ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, que seja agilizada a definição dos distritos eleitorais no país visando à adoção do voto distrital misto já para as eleições de 2020. O senador lembrou que proposta sobre o tema está incluída na pauta do Senado.

Eunício e Gilmar, que também é ministro do Supremo

Tribunal Federal (STF), participaram da abertura do 20º Congresso Internacional de Direito Constitucional, no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). O evento, que vai até amanhã, tem como tema este ano “Sistemas de governo, governança e governabilidade”.

Em discurso na abertura, Eunício também destacou o parlamentarismo como o sistema que dá maior estabi-

lidade aos governos e que fica mais próximo da sociedade.

— Sou um defensor intransigente do sistema parlamentarista, com a aplicação inclusive do voto distrital misto.

Gilmar Mendes, que integra o IDP, disse que a ideia é chegar ao final do evento com propostas para o país.

O senador José Serra (PSDB-SP) fez na abertura do congresso a conferência “Crise fiscal e crise institucional”.



Serra cumprimenta Eunício na abertura do congresso, diante de Gilmar

CPI da Previdência aprova o relatório final

Documento cita dívida das empresas privadas no valor de R\$ 450 bilhões e recomenda que o governo tome providências para equilibrar o sistema, como combater fraudes

POR UNANIMIDADE, FOI aprovado ontem o relatório final do senador Hélio José (Pros-DF) sobre os trabalhos da CPI da Previdência. Além de sugerir projetos de lei e emendas à Constituição para aperfeiçoar a legislação (veja ao lado), o documento também recomenda uma série de providências do governo federal a serem tomadas para o equilíbrio do sistema previdenciário brasileiro, como mecanismos de combate às fraudes, mais rigor na cobrança dos grandes devedores e o fim do desvio de recursos para outros setores.

Inconsistência

O documento alega haver inconsistência de dados e de informações anunciadas pelo Poder Executivo, que “desenham um futuro aterrorizante e totalmente inverossímil”, com o intuito de acabar com a previdência pública e criar um campo para atuação das empresas privadas.

Segundo o relatório, as empresas privadas devem R\$ 450 bilhões à Previdência Social e, de acordo com informações da Procuradoria da Fazenda Nacional, apenas R\$ 175 bilhões correspondem a débitos recuperáveis.

Uma das propostas apresentadas é aumentar para R\$ 9.370,00 o teto dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que atualmente é de R\$ 5.531,31.

Indiciamento

A pedido de senadores, o relator concordou em retirar do texto final da CPI os indiciamentos dos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e da Casa Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, que, segundo disse, apresentaram à população “dados irreais e contas que não procedem”, promovendo “massiva propaganda enganosa e terrorista para mentir e aterrorizar a população”.

A exclusão desse trecho foi solicitada pelos senadores Telmário Mota (PTB-RR), Romero Jucá (PMDB-RR) e Lasier Martins (PDT-RS), que entenderam não haver indícios suficientes



Hélio José, relator, e Paulo Paim, presidente, na reunião que aprovou o relatório final da CPI

para o pedido. Todos eles elogiaram os trabalhos de investigação da CPI e o relatório de Hélio José.

— A CPI mostrou que há fraude e há corrupção e que a Previdência não é deficitária — afirmou Telmário, antes de sugerir que os integrantes da comissão entreguem uma cópia do relatório diretamente ao presidente Michel Temer.

Também participaram da reunião os senadores João Capiberibe (PSB-AP), José Medeiros (Pode-MT), Dário Berger (PMDB-SC) e José Pimentel (PT-CE).

Providências

O relatório final será encaminhado “para análise e adoção das providências e iniciativas cabíveis” aos seguintes órgãos: Casa Civil; ministérios da Fazenda, Planejamento, Justiça e Transparência; INSS, Secretaria de Previdência, Tesouro Nacional e Receita Federal; Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); Conselho Nacional de Previdência Social; Polícia Federal, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Tribunal de Contas da União.

Urgência

O relator sugere que o governo federal peça urgência constitucional para o PL 5.080/2009, que tramita na Câmara e dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública. A proposta moderniza a execução

fiscal, permitindo a aceleração dos trâmites administrativos e judiciais. O texto também pede que a Casa Civil e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços elaborem estudos com vista “a aferir, conclusivamente, sobre os impactos gerados pelo Simples Nacional na geração de empregos e redução da informalidade, por setor (produção industrial, comércio e serviços), além de sua vantagem sob a perspectiva econômica e fiscal para a sociedade”.

Há ainda solicitação aos ministérios da Fazenda e do Planejamento para que reexaminem “o modelo adotado para elaboração das avaliações atuariais do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) no que se refere às projeções de crescimento do PIB, produtividade, indicadores demográficos, taxas de mortalidade, receitas e despesas com benefícios presentes e futuros, e demais fatores relevantes, a fim de que sejam corrigidos os erros de estimativa” apontados pelo relatório.

TCU

Ao TCU, o relator solicita, entre outras recomendações, a reavaliação das premissas utilizadas na inclusão das despesas com RPPS (servidores civis e militares) à conta da seguridade social.

Durante a reunião, o presidente da CPI, senador Paulo Paim (PT-RS), fez

Propostas da CPI

- ▶ Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que consolida a competência da Justiça do Trabalho para a execução das contribuições previdenciárias não recolhidas durante o vínculo empregatício reconhecido apenas na sentença;
- ▶ PEC para recriar o Conselho Nacional de Seguridade Social - que participará da formulação e fiscalização da proposta orçamentária da Seguridade - e determinar a não aplicação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) nas receitas da seguridade social;
- ▶ Projeto de Lei do Senado (PLS) que permite a flutuação da alíquota de contribuição das empresas: essa alíquota poderá aumentar em um ponto percentual sempre que a empresa reduzir em 5% ou mais seu quadro de pessoal; ou a alíquota poderá ser reduzida sempre que a empresa aumentar em 5% ou mais seu quadro de pessoal;
- ▶ PEC que impede a incidência da DRU sobre as fontes de financiamento da Seguridade Social, como as contribuições sociais incidentes sobre a receita ou o faturamento, sobre a receita de concursos de prognósticos e sobre a receita do importador de bens ou serviços do exterior
- ▶ PLS que retira do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de extinção de punibilidade para os crimes contra a ordem tributária, que atualmente ocorre com o pagamento do tributo devido;
- ▶ PEC que aumenta para R\$ 9.370,00 o teto do valor dos benefícios do RGPS, com ajustes que preservem seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

um balanço das atividades dos seis meses de funcionamento da comissão. Ele agradeceu a colaboração de todos os servidores e participantes das audiências públicas. Paim lembrou que o relatório final, que tem 253 páginas, foi lido durante 11 horas na segunda-feira.

Hélio José acrescentou que a comissão promoveu 31 audiências públicas, apresentou dezenas de requerimentos de informações a órgãos públicos e ouviu mais de 140 pessoas, como representantes de órgãos governamentais, sindicatos, associações, empresas, além de membros do Ministério Público e da Justiça do Trabalho, deputados, auditores, especialistas, professores, entre outros.

Humberto cita manobra de Temer para ser absolvido na Câmara

Humberto Costa (PT-PE) disse que o governo ficará refém da “extorsão parlamentar” para aprovar qualquer projeto, se a Câmara dos Deputados, mais uma vez, impedir que a Justiça investigue o presidente Michel Temer pela prática de crime comum, segundo denúncia da Procuradoria-Geral da República.

O senador afirmou que Temer compra o apoio de deputados por meio da distribuição de cargos e emendas, do refinanciamento de dívidas de empresas, do perdão de multas a grileiros que destroem a Amazônia e de mudanças nas regras do trabalho escravo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanessa critica ações para manutenção do mandato do presidente

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou as políticas de governo de Michel Temer.

Segundo a senadora, enquanto o governo diz que não tem recursos para investir em áreas como educação e saúde, os parlamentares recebem verbas para votar favoravelmente à rejeição da segunda denúncia contra Temer na Câmara.

Ainda na tribuna, Vanessa soube que o presidente passou mal. Ao destacar que não deseja o mal de ninguém, ela afirmou que ele enganou o Senado e o Brasil e que, por isso, tem enfrentado dificuldades para governar o país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lindbergh reprova decisão do presidente do Conselho de Ética

Lindbergh Farias (PT-RJ) questionou o presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza (PMDB-MA), pelo arquivamento da representação feita pelo PT contra Aécio Neves (PSDB-MG).

O senador perguntou quais os critérios do conselho. Isso porque ao mesmo tempo em que não aceita a denúncia contra Aécio, vai votar uma representação contra ele. Lindbergh é acusado de quebrar o decoro durante uma reunião do conselho.

João Alberto respondeu que cabe aos senadores do conselho recorrer da decisão.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Medeiros condena os que reclamaram de fim da ação contra Aécio

José Medeiros (Pode-MT) classificou como “desfaçatez” a atitude de senadores que criticaram o arquivamento da denúncia contra Aécio Neves (PSDB-MG) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

— Da mesma forma que estou aqui apontando o dedo para alguém, pode ser que amanhã ou depois eu esteja na mesma situação dele. Eu sou daqueles que gostam de cuidar da sua vida, mas eu não perdo vestal, eu não perdo quem apronta e gosta de passar por santo — disse o senador, que votou a favor do afastamento de Aécio.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Coutinho nega influência política no BNDES

O ex-presidente do banco disse que uma instituição de desenvolvimento precisa aderir às políticas nacionais, mas garantiu que não houve pedidos para favorecer empresários

O EX-PRESIDENTE DO BNDES Luciano Coutinho negou interferência política nos contratos enquanto ele presidia o banco. Coutinho foi ouvido ontem pela CPI do BNDES. Ele dirigiu a instituição de maio de 2007 a maio de 2016, período que abrange parte dos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Ao responder a Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da comissão, Coutinho negou que o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega tenha feito pedido ilícito relacionado a projeto do banco.

Roberto Rocha também perguntou se houve ingerência política para financiamento de obras em Cuba e na Venezuela. Coutinho disse que, para ocorrer o financiamento nesses casos, a empresa precisa vencer a concorrência do governo estrangeiro. Segundo ele, esse processo combina o interesse da iniciativa privada com o campo da diplomacia, cabendo ao banco apenas o apoio técnico.

O ex-presidente ainda negou tratamento especial do BNDES ao grupo JBS. Segundo Coutinho, o banco apoiou outras empresas de proteína animal.

Autor do requerimento de convocação de Coutinho, Lasier Martins (PSD-RS) criticou o financiamento de obras em países estrangeiros, quando ao mesmo tempo não havia apoio à infraestrutura no Brasil.

Lasier questionou Coutinho sobre as notícias que informam que a Polícia Federal o indiciou por atuação irregular dentro do BNDES. Segundo a PF, Coutinho e o ex-ministro da Indústria e Comércio Exterior e atual governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, se articularam para impedir empréstimo do BNDES ao empresário Abílio Diniz, que buscava apoio do banco público para a fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour. Mas Coutinho disse que nunca houve interferência nem dele nem de Pimentel no caso.

Armando Monteiro (PTB-PE) fez a defesa de Coutinho, destacando que o BNDES não tem “idiosincrasias ideológicas”. Segundo ele, uma grande obra de empresa brasileira em Cuba, por exemplo, pode demandar 5 mil fornecedores no Brasil.

Jorge Viana (PT-AC) lembrou o papel do BNDES no crescimento econômico durante o governo Lula (2003-



Luciano Coutinho (2º à esq.) ao lado do presidente da CPI, Davi Alcolumbre, e do relator, Roberto Rocha

2010) e criticou o que chamou de “inquisição”.

Coutinho afirmou que um banco de desenvolvimento precisa “aderir às políticas nacionais” e detalhou os processos e os critérios de aprovação de liberação de crédito dentro do BNDES. De acordo com ele, um projeto passa por análise técnica e por avaliação jurídica, até chegar à diretoria. Em alguns casos, disse Coutinho, um projeto é avaliado até por 50 funcionários. Segundo ele, o BNDES prima pela transparência e pela impessoalidade.

— Essa governança é que assegura ao BNDES a mais baixa taxa de inadimplência do sistema financeiro nacional.

O senador Airton Sandoval (PMDB-SP) também participou da audiência.

CPI do BNDES e CPI Mista da JBS farão reunião para ouvir os irmãos Batista

A CPI do BNDES aprovou ontem a realização de uma audiência conjunta com a CPI Mista da JBS para ouvir os irmãos Joesley e Wesley Batista, proprietários do grupo JBS. A audiência conjunta é sugestão do relator da CPI do BNDES, senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Sigilo

Também foram aprovados na reunião de ontem requerimentos que pedem a quebra do sigilo de operações do BNDES com empreiteiras para obras no exterior. É o caso do Aqueduto do Chaco, na Argentina, obra liderada pela

Construtora OAS, e a construção da segunda ponte sobre o Rio Orinoco, na Venezuela, pela Odebrecht.

Outra obra atingida pela quebra de sigilo é a construção da Barragem de Moamba Major, na Província de Caputo, em Moçambique, pela Andrade-Gutierrez.

O presidente da comissão, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), informou que foi adiada a reunião para ouvir o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. O ex-ministro informou à comissão que sua mulher está internada em São Paulo. A nova data do depoimento ainda não foi marcada.

Empréstimos à JBS cumpriram norma, diz ex-presidente da Caixa

A CPI mista da JBS ouviu ontem o depoimento do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Hereda. Ele falou sobre o período em que esteve à frente da instituição, de 2011 a 2015, e sobre o processo de empréstimos para a JBS e o grupo J&F. O objetivo foi esclarecer situações que envolvem os nomes dos citados em esquemas de corrupção investigados pela CPI.

Durante o tempo em que Jorge Hereda presidiu o banco,



Ataídes Oliveira, presidente da CPI, e Jorge Hereda durante a audiência

o ex-ministro Geddel Vieira Lima e os ex-vice-presidentes da Caixa Econômica Federal Fábio Cleto e Marcos Roberto

Vasconcelos tiveram cargos diretivos na instituição. Para o Ministério Público, eles trabalharam de forma conjunta

com o ex-deputado Eduardo Cunha para abastecer um esquema de propinas e favorecimentos. O presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), questionou Hereda sobre a atuação dos citados.

— O que me chama atenção é que Geddel está preso, Cleto está preso, Cunha está preso... O senhor acredita que eles cometeram ilícitos dentro da Caixa? — perguntou Ataídes.

O ex-presidente do banco

explicou que, no caso dos empréstimos para a J&F e a JBS, os processos foram feitos dentro das normas da instituição.

— Saiu dentro das normas da Caixa, não causou nenhum prejuízo à Caixa. A minha obrigação era cuidar para que isso fosse dessa forma — garantiu.

Hereda disse ainda à comissão que a operação da JBS com a Caixa feita na gestão dele foi coerente com o tamanho da empresa e os empréstimos estão sendo amortizados em dia.

Telmário: aplicativos concorrem deslealmente com motoristas de táxi

Telmário Mota (PTB-RR) disse ontem que os serviços de transporte de passageiros por meio de aplicativo, dentre os quais o Uber, praticam concorrência desleal com os taxistas.

Ele lembrou que esse tipo de serviço nasceu nos Estados Unidos, dentro do que se conhece por economia colaborativa, com o objetivo de aproximar motoristas em carro de luxo e usuários.

Só que essa prática se desvirtuou e, agora, os motoristas oferecem um serviço equivalente ao de táxi, mas a um preço que inviabiliza a atividade dos taxistas de todo o país.



Paim relata dados e lamenta alto índice de suicídios no país

Paulo Paim (PT-RS) mostrou preocupação ontem com o alto índice de suicídios no Brasil. Ele trouxe dados do Ministério da Saúde apontando essa como a maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos entre 2011 e 2016.

Em 2011, foram 10.490 mortes, 5,3 a cada 100 mil habitantes. Em 2015, 5,7 a cada 100 mil.

Segundo o senador, o meio mais usado é o enforcamento, com 66,1% entre os homens e 47% entre as mulheres. Apesar de os dados mostrarem que os centros de atenção psicossocial reduzem em 14% o risco do suicídio, Paim lamentou que os centros estejam presentes em apenas 2.463 dos quase 6 mil municípios do país.

Anastasia diz que é grave liberação da Pampulha para novos voos

Antonio Anastasia (PSDB-MG) criticou a portaria do Ministério dos Transportes que liberou o uso do aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, para voos interestaduais de longo curso. A volta desses voos, na opinião do senador, levará à precariedade dos serviços, já que não existe demanda suficiente para os dois aeroportos que atendem a cidade.

— Perderemos as conexões internacionais. Perderemos, certamente, muitos voos que partem de Belo Horizonte para outras regiões do Brasil. É grave, ou são graves as consequências do ato.



Fátima critica tentativa do governo de barrar denúncia contra Temer

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou o governo por estar “torrando bilhões de reais” na tentativa de impedir o prosseguimento da denúncia contra o presidente Michel Temer, enquanto promove cortes nas áreas da saúde e da educação. A senadora também cobrou socorro do governo federal para que municípios possa pagar o funcionalismo público.

— O presidente Michel Temer, para livrar o pescoço, tentando aliciar voto de parlamentares, entre Refis, liberação de emendas parlamentares e empréstimos, de acordo com a imprensa, já torrou mais de 30 bilhões de reais. E os municípios pedem apenas 4,2 bilhões.

Marco Legal da Mineração vai para a Câmara

Valor mínimo para multas administrativas muda de R\$ 2 mil para R\$1 mil, segundo relatório de Flexa Ribeiro aprovado ontem em comissão mista. Máximo continua de R\$ 30 milhões

FOI APROVADO ONTEM o relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre a Medida Provisória (MP) 790/2017, que altera o marco legal da mineração. Na versão final, o relator reduziu, de R\$ 2 mil para R\$ 1 mil, o valor mínimo das multas administrativas definidas na MP por infrações ao Código de Mineração, o Decreto-Lei 227 de 1967, que está sendo agora atualizado.

Convertido em projeto de lei de conversão, o texto segue agora para votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados, para depois ir ao Senado. Ainda em relação às multas, o relatório manteve o valor máximo estabelecido na MP, de R\$ 30 milhões. O teto atual é de R\$ 2,5 milhões.

Na revisão final, Flexa incluiu no texto dispositivo para vedar exportações de ouro bruto, destinado a inibir a comercialização informal e o contrabando do metal. Por sugestão do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), esse



Flexa (D) lê seu relatório sobre a medida provisória, ao lado da presidente da comissão, deputada Geovânia de Sá

ponto será regulamentado por portaria, para evitar eventuais prejuízos às exportações de qualquer outro mineral com presença residual de ouro.

O primeiro relatório, lido na semana passada, teve pedido de vista. No total, foram apresentadas 250 emendas, das quais 59 acolhidas, total ou parcialmente. Editada no fim de julho, a MP 790 foi prorrogada uma vez, ganhando mais 60 dias. A votação precisa ser

concluída até 28 de novembro para a MP não perder validade.

Pesquisa

A MP amplia o prazo para realização de pesquisas minerais, que passa a ser de dois a quatro anos, contra um a três anos atuais. Estabelece novo critério para as “áreas desoneradas”, que são aquelas que estavam ligadas a um direito de pesquisa ou exploração, mas se tornaram disponíveis.

Redação proposta pelo governo determina que qualquer fase ou exigência não cumprida pelo titular do direito pode tornar a área disponível para disputa por meio de leilão eletrônico, no qual vence a oferta de maior valor. A MP altera a Lei 6.567/1978, que dispõe sobre regime especial para a exploração e aproveitamento de substâncias minerais.

O texto deixa claro que o prazo máximo de autorização

de exploração será de vinte anos, prorrogável sucessivamente, com base em regras de regulamento administrativo.

Um dos pontos importantes da MP é a previsão expressa da responsabilidade do minerador em recuperar as áreas ambientalmente degradadas pela atividade, sendo obrigado a executar o plano de fechamento da mina, quando for necessário. Uma das alterações feitas pelo relator pode facilitar soluções na eventual ocorrência de acidentes associados a atividades de exploração mineral. Ele incluiu dispositivo na Lei 12.334 de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, obrigando o empreendedor a contratar seguro para cobrir riscos em barragens destinadas a receber rejeitos da exploração, de modo final ou temporário. Flexa reduziu o piso da Taxa Anual por Hectare (TAH), paga pelo detentor da autorização de pesquisa, para R\$ 1,00 por hectare.

Comissão mista aprova royalties sobre minérios

A comissão mista que analisou a medida provisória dos royalties da mineração (MP 789/2017) aprovou ontem o relatório, que não contempla o aumento do percentual a ser recebido pelos municípios não produtores que são impactados pela exploração. Na terça-feira, os senadores e os deputados federais não haviam chegado a um acordo sobre o relatório.

A Compensação Financeira pela Exploração de recursos Minerais (Cfem) é cobrada das empresas mineradoras como forma de indenizar o poder público pelos danos causados por suas atividades.

Além de tratar da distribuição desses royalties entre União, estados e municípios produtores e afetados, a MP 789/2017 aumenta as alíquotas da compensação incidentes sobre a exploração de minerais como o ouro, o nióbio e o diamante.

Rochas, areia e outros minerais usados na construção civil tiveram redução de alíquota.

O relatório aprovado ontem inclui parte de uma alteração proposta pelo senador Lasier Martins (PSD-RS), que considera como bens minerais os rejeitos que possibilitem lavra.

Questão ambiental

O relator da medida provisória na comissão, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), esclareceu que, nesse caso, a alíquota será menor, para estimular o processamento desses resíduos.

— Nós demos uma alíquota privilegiada porque ambientalmente é importante isso. Temos que estimular o processamento de rejeitos.

De acordo com a MP, os royalties da mineração passam a ser distribuídos da seguinte forma: 60% para os

municípios produtores, 20% para os estados produtores e 10% para divisão entre órgãos de mineração e de meio ambiente do Poder Executivo.

Municípios não produtores, mas impactados, teriam direito a 10% — e não a 20%, como chegou a ser proposto em um dos destaques apresentados à medida provisória.

O presidente da comissão mista, senador Paulo Rocha (PT-PA), lembrou que o debate continua.

— Ainda há a oportunidade de continuar o debate porque vai para o Plenário da Câmara dos Deputados e para o Plenário do Senado, e lá os parlamentares poderão levantar de novo as suas inquietações — disse.

O setor de mineração tem uma participação de 4% no produto interno bruto (PIB) brasileira e emprega diretamente cerca de 200 mil pessoas.

Ministro diz que não há falta de remédios para doenças raras

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, reuniu-se ontem com o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), e com representantes de associações de portadores de doenças raras, senadores e deputados. O encontro ocorreu após a mobilização de Cássio pela continuidade do fornecimento de remédios.

O objetivo da reunião, segundo Cássio, foi verificar quais são os pacientes sem acesso à medicação. Barros garantiu que o abastecimento dos remédios para tratamento de doenças raras está regular e os processos de compra de medicação em dia.

— Se eventualmente algum usuário está tendo algum problema, eu já pedi que se dirija [até o Ministério da Saúde] para adquirirmos o medicamento.

Ele afirmou que o Ministério da Saúde não tem dificuldades em cumprir decisões judiciais para quem realmente precise de medicamentos específicos. Mas disse que entre municípios, estados e União foram pagos no último ano mais de R\$ 7 bilhões no cumprimento de decisões judiciais.

— Nós estamos restringindo com muito rigor aquelas decisões que são apenas para favorecer os escritórios de advocacia e a indústria farmacêutica — ponderou.

Para Cássio Cunha Lima, o combate às possíveis fraudes deve ser feito, mas não deve impedir o acesso aos remédios por quem necessite.

— Apoiamos o ministério no que diz respeito ao combate à fraude, mas não se pode punir quem de fato precisa do medicamento.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado aprova regras para crimes financeiros

Valor de multa deverá respeitar capacidade econômica do infrator. Oposição reclamou da pressão na tramitação do projeto, que foi enviado pela Câmara ao Senado na semana passada

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto que regula os processos administrativos do Banco Central (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O PLC 129/2017 aumenta o valor de multas de R\$ 250 mil para R\$ 2 bilhões e concede mais poderes às duas instituições para combater crimes contra o sistema financeiro nacional.

O projeto foi apresentado depois que a MP 784/2017 perdeu a vigência. O texto chegou ao Senado na semana passada, foi aprovado na manhã de ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois seguiu para o Plenário. A proposta vai à sanção.

Na comissão, Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a “pressão” na tramitação do projeto, segundo ele, redigido “com o sistema financeiro” e “feito



Relator, Armando Monteiro defendeu a aprovação do projeto na comissão

para os bancos”.

— A gente está atropelando todos os prazos. E vai deliberar um tema tão importante com três senadores? — perguntou.

Além do presidente da comissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), estavam presentes Armando Monteiro, relator, e Ricardo Ferraço (PSDB-ES),

ambos favoráveis ao texto.

O item mais criticado foram os tetos das multas que o BC e a CVM podem aplicar a instituições financeiras culpadas de fraude. O texto exige que seja levada em conta “a capacidade econômica do infrator” ao estabelecer uma multa e proíbe o BC de impor multas

superiores a 0,5% da receita do fraudador no ano anterior.

Para calcular o valor das multas aplicáveis pelo BC, a instituição deve considerar fatores como reincidência, gravidade e duração da infração e grau de lesão ao sistema financeiro, além da capacidade econômica do infrator. Se for superior a R\$ 50 milhões, a multa deve ser submetida a órgão colegiado, composto por pelo menos um diretor do BC.

Em Plenário, Lindbergh Farias tentou derrubar esse ponto do texto. Mas o destaque foi rejeitado pelo Plenário.

— Isso está sendo feito para limitar as decisões do corpo técnico. Estamos criando uma modalidade diferente para beneficiar os grandes infratores — afirmou.

No caso da CVM, a multa máxima é de R\$ 50 milhões.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o valor e apresentou um destaque para tentar elevar o limite. Ela lembrou que, no texto original da MP 784/2017, o teto era dez vezes maior: R\$ 500 milhões. O destaque também foi rejeitado pelo Plenário.

— O valor de R\$ 50 milhões para instituições financeiras é muito baixo, vide os lucros registrados anualmente pelos bancos em nosso país — disse.

Armando Monteiro defendeu o projeto. Segundo ele, a falta de regras claras coloca em risco a eficácia das ações de supervisão do BC.

— O novo marco regulatório permitirá ao BC coibir de forma mais eficaz a perpetração de práticas como a realização de operações financeiras irregulares e fraudes que levem à liquidação extrajudicial.

Volta ao Plenário PEC que permite repasse direto de emendas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou emendas de Plenário à proposta de emenda à Constituição que possibilita repasses diretos de recursos de emendas parlamentares individuais ao Orçamento da União em favor do Distrito Federal e de estados e municípios.

A relatora da PEC 61/2015 é Marta Suplicy (PMDB-SP). De autoria de Glesi Hoffmann (PT-PR), a proposta retorna ao Plenário, onde será analisada em segundo turno.

O relatório de Marta aproveitou emenda de Romero Jucá (PMDB-RR), que, entre outras mudanças, permite a trans-

ferência direta dos recursos ao respectivo ente federado indicado em cada emenda parlamentar. Originalmente, o repasse se dirigia ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Repasses

Ainda com base na emenda de Jucá, o projeto prevê a dispensa de celebração de convênio ou instrumento similar como condição para os repasses. Ao mesmo tempo, submete os repasses diretos a regras de execução orçamentária que já são válidas para as demais emendas individuais. Elas devem ser aprovadas no

limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto orçamentário apresentado pelo governo, e metade desse percentual será destinado a ações e serviços públicos de saúde.

Vinculação

Outra sugestão acolhida pela relatora vincula o uso das verbas ao objetivo definido na emenda parlamentar. Marta também adotou regra que visa coibir o uso dos recursos para pagamento de despesas com pessoal ativo e inativo e com pensionistas.

Ela ainda aproveitou sugestão, feita por Jucá e por Antonio Carlos Valadares

(PSB-SE), para deixar claro que os recursos derivados das emendas individuais só serão considerados como pertencentes aos entes beneficiados a partir do repasses efetivo a eles.

Fiscalização

A fiscalização da prestação de contas deve ser feita pelos tribunais de contas municipais e estaduais.

Outra regra determina que os recursos transferidos via emendas parlamentares, para estados e Distrito federal, não entram na base de cálculo da receita desses entes. Assim, não serão partilhados com os municípios.

IFI divulga estudo sobre o aumento das operações compromissadas

A Instituição Fiscal Independente do Senado divulgou ontem estudo sobre o aumento das operações compromissadas do Banco Central desde o fim de 2005 e o impacto de uma redução do saldo dessas operações.

Operações compromissadas são operações de compra (ou venda) de títulos com compromisso de revenda (ou recompra) dos mesmos papéis em data futura.

Para retirar dinheiro do mercado, o banco realiza as compromissadas de curtíssimo prazo, pagando juros mais altos que os dos papéis.

De acordo com o estudo do consultor legislativo Josué Alfredo Pellegrini, a dimensão alcançada pelo saldo dessas operações no Brasil talvez seja algo inédito na experiência internacional. Segundo ele, em agosto de 2017, o saldo dessas operações chegou a R\$ 1,16 trilhão, o equivalente a 17,9% do PIB e a 24,3% da dívida bruta.

Apesar de representarem quase um quarto da dívida pública, Pellegrini ressaltou que essas operações não são geridas pelo Tesouro, como o restante da dívida.

A IFI também divulgou o déficit primário do governo central em setembro, de cerca de R\$ 22,9 bilhões. Em agosto foi de R\$ 9,6 bilhões.

Criação de área de interesse turístico de Angra Doce vai a Plenário

A região do reservatório da Usina Hidrelétrica de Chavantes, entre São Paulo e Paraná, pode passar a ser área especial de interesse turístico. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto que dá à região o nome de Angra Doce e que tem o objetivo de incentivar o turismo na região. O PLC 34/2017 segue para o Plenário.

De acordo com o texto, a área de Angra Doce abrangerá os municípios de Ribeirão Claro, Carlópolis, Siqueira Campos, Jacarezinho e Salto do Itararé, no Paraná; e os municípios de Chavantes, Ourinhos, Canitar, Ipaussu, Timburi, Piraju, Fartura, Bernardino de Campos, Itaporanga e Barão de Antonina, em São Paulo.

O autor da proposta, deputado Capitão Augusto (PR-SP),



Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Ângela Portela em reunião da CDR

relata que a usina, localizada no Rio Paranapanema, formou um lago que conferiu aos municípios do seu entorno o potencial para desenvolvimento de atividades de entretenimento e lazer, com condições de se tornar um importante destino turístico do país. Entre as atividades ci-

tadas estão canoagem, rafting, trekking, voo livre e passeios náuticos.

O relator, senador Wellington Fagundes (PR-MT), preferiu parecer pela aprovação do texto. Para ele, o projeto é meritório já que torna efetiva a implementação de áreas especiais de interesse turís-

tico previstas em lei e pode promover o turismo na região.

Wellington recomendou também a rejeição de emenda apresentada pelo senador Dário Berger (PMDB-SC) visando instituir o município catarinense de Governador Celso Ramos como outra área de especial interesse turístico. Na avaliação do relator, a região de Governador Celso Ramos não se enquadra na definição de áreas especiais de interesse turístico, dada pela Lei 6.513/1977, por abranger área de um único município.

A CDR aprovou também pedidos de audiência pública sobre temas variados, entre eles o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), por solicitação de Fátima Bezerra (PT-RN).

Cientistas lamentam “fuga de cérebros” do país

Participantes de audiência pública apontaram a falta de investimentos e o excesso de burocracia como causas da saída de profissionais qualificados do Brasil para outras nações

A FALTA DE investimentos e a burocracia na aprovação de projetos científicos resultam na “fuga de cérebros” para outros países e impedem o desenvolvimento do Brasil, disseram participantes de debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ontem.

A expressão fuga de cérebros refere-se à emigração de profissionais qualificados em busca de melhores condições em outros países. O corte drástico no orçamento da ciência, tecnologia e inovação a partir de 2016 contribuiu para a evasão, segundo o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Mario Neto Borges.

Quando há recursos, o brasileiro se destaca no campo científico, afirmou Borges. Ele citou como exemplo o reconhecimento da professora Celina Turchi, da Fundação

Oswaldo Cruz (Fiocruz) de Pernambuco, como uma das dez personalidades da ciência mundial listadas pela revista científica britânica *Nature*, pelo seu trabalho sobre o vírus da zika e a microcefalia.

— O Brasil foi capaz de equacionar o problema do vírus da zika com apenas dois anos de pesquisa e investimento em cima disso. Nós somos bons, no Brasil, em futebol e ciência. Só que futebol não precisa de dinheiro. Ciência precisa — disse o presidente do CNPq.

Prioridade

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que pediu a realização da audiência, lamentou que o governo não priorize a ciência para manter profissionais no país.

— A Alfândega não deixa sair pedras preciosas, mas deixa sair cérebros de cientistas e, é óbvio, a gente não vai impedir com força. A



Cristovam Buarque (C) conduz a audiência, que reuniu representantes de instituições de promoção da ciência

gente tem que pensar o que está acontecendo para que eles estejam indo embora e fazer com que queiram ficar aqui — afirmou.

Para o diretor do Projeto I-2030, Tadao Takahashi, a injustiça social é a segunda causa de emigração de cientistas:

— Na verdade, o problema do cientista, ou do engenhei-

ro, ou do médico que quer sair, não é só de carreira. É o entorno social no qual ele vive que vai ficando intolerável e vai fazendo com que ele comece a pensar que existe algum lugar melhor onde ele pode conciliar a vida pessoal com a vida profissional.

A descontinuidade das pesquisas, por conta de troca de governo, foi criticada pelo se-

nador Omar Aziz (PSD-AM).

— Nós não podemos mudar uma meta estabelecida para 20, 30 anos. O problema é que muda governo, muda política. Não dá para se mudar de política conforme a cabeça do governante de plantão.

Cristovam afirmou que vai requerer uma discussão aprofundada do tema no Plenário do Senado.

Audiência defende qualificação de educadores

O Brasil precisa investir mais na formação e valorização dos profissionais de educação, defenderam as senadoras Lúcia Vânia (PSB-GO) e Marta Suplicy (PMDB-SP) em audiência pública sobre o tema “Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados”.

O debate, que integra a programação da 10ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, foi promovido em conjunto pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH).

A presidente da CE, Lúcia Vânia, ressaltou que existem leis e normas para assegurar investimentos na formação de profissionais de educação, como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), mas essa previsão legal não tem sido aplicada na prática:

— Investir no professor é um dos caminhos mais seguros para melhorar a educação. Infelizmente ainda é um plano. A contínua desvalorização dos profissionais de educação ajuda a explicar o desempenho negativo dos estudantes brasileiros em testes internacionais — argumentou.

A senadora citou como exemplo para o Brasil o caso de Cingapura, que a partir dos anos 1990 capitaneou um projeto de país focado na valorização de professores e hoje é apontada como a nação com melhor educação do mundo. Em 2016,



Marta Suplicy e Lúcia Vânia (ambas ao centro) comandam a audiência

o país ficou em primeiro lugar em todas as disciplinas avaliadas pelo Programa de Avaliação Internacional de Alunos (Pisa). O Brasil, por sua vez, obteve posições baixas em todas elas, com desempenho inferior à avaliação de 2012 e abaixo da maioria dos países da América Latina.

Baixa formação

A presidente da CAS, Marta Suplicy, observou que ainda é muito comum a presença de funcionários sem qualificação formal em atuação em creches. Ela relatou que em 2001, quando assumiu a Prefeitura de São Paulo, ficou surpresa ao constatar que metade das profissionais que atuavam nas creches municipais não tinha concluído sequer o ensino fundamental.

— Foi um susto. Ao mesmo tempo, muitas estavam naquela profissão fazia 15 ou 20 anos e muitas eram totalmente adequadas no carinho e no aconchego, que muitas vezes é a qualidade mais importante. Providenciamos cursos na USP

para que esses anos de experiência fossem complementados com um diploma — contou.

Ainda hoje é comum encontrar creches onde os profissionais têm experiência, mas carecem de conhecimento acadêmico, disse Jairo Werner Júnior, professor de psiquiatria da infância e adolescência da Universidade Federal Fluminense. Ele defendeu um modelo de ensino que reúna prática e teoria para que os profissionais possam auxiliar o desenvolvimento da criança de forma plena:

— Existe muito essa ideia de que com criança basta apenas a prática. Há também muitos cursos que ficam só na teoria.

Os investimentos na educação durante a primeira infância refletem no desenvolvimento do país e resultam em melhores indicadores econômicos e sociais, apontou a francesa Alexandra Déprez, doutora em psicologia clínica. Para ela, a educação da criança é papel de toda a sociedade.

— Um país que não investe em educação não tem futuro.

Descriminalização do cultivo da maconha é tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate hoje, às 9h30, a descriminalização do cultivo da maconha para uso pessoal. A audiência pública interativa foi pedida pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC), com objetivo de instruir a Sugestão Legislativa (SUG) 25/2017, da qual é relator.

A sugestão teve origem na Ideia Legislativa 78.206, proposta pelo cidadão Gabriel Henrique Rodrigues de Lima, de Bauru (SP), no Portal e-Cidadania. A ideia alcançou os 20 mil apoios necessários para se tornar sugestão legislativa em menos de uma semana após ser apresentada, em junho deste ano. Foram 28.198 apoios no total. Se for aprovada pela comissão, a sugestão passa a tramitar como projeto de lei.

Descriminalizar o cultivo da planta *Cannabis sativa* é, no longo prazo, inevitável, justificou o autor. Ele argumenta ainda que a descriminalização do cultivo traz vantagens como a possibilidade de tributar o produto e dar mais segurança ao usuário, que não precisaria se envolver com o tráfico para fazer uso recreativo da planta.

Polêmica

A intenção de Sérgio Petecão com a audiência é ouvir as opiniões de quem é contra e a favor de os usuários plantarem a própria erva.

O senador, que deu parecer contrário à sugestão, reconhece que o tema é polêmico e que o debate não pode ser adiado.

Para contribuir com a discussão, foram convidados o presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e secretário-executivo da Plataforma Brasileira de Política de Drogas, Cristiano Maronna; a presidente da Cultive — Associação de Cannabis Medicinal, Cidinha Carvalho; a subsecretária de Políticas sobre Drogas de Minas Gerais, Patricia Magalhães Rocha; e o presidente da Federação dos Delegados de Polícia Civil e diretor da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Rodolfo Queiroz Laterza.

Também confirmaram presença a professora da Universidade de Brasília (UnB) Andrea Gallassi; o coordenador jurídico do Growroom.net, Emílio Figueiredo; a representante do Coletivo Papo Reto, Mayara Donaria; o coordenador da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, Ricardo Valente de Souza; e o pedagogo Max Maciel, coordenador da Rede Urbana de Ações Socioculturais (Ruas), entre outros.

A audiência é interativa, com a possibilidade de participação popular.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate